

## O ESTIGMA DA MULHER NA POLÍTICA<sup>1</sup>

Julia dos Passos Rodrigues<sup>2</sup>, Daniel Moraes Pinheiro<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Vinculado ao projeto “A Cidade e a Construção dos Espaços Democráticos: Expressões da política no cotidiano e as práticas para o fortalecimento da cultura política e da democracia”.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Administração Pública - Esag/UDESC – Bolsista PROBIC/UDESC,

<sup>3</sup> Orientador, Departamento de Administração Pública - ESAG - daniel.pinheiro@udesc.br

A inserção da mulher nos espaços públicos foi um lento processo, marcado por resistências e lutas para que esta fosse reconhecida como ser humano e possuísse igualdade de direitos perante a legislação. O espaço político, objeto de estudo desta pesquisa, é algo que ainda se luta para ser conquistado. Apesar de haver medidas que visam incentivar a inserção da figura feminina nesses locais, percebe-se uma cultura política marcante que tende a segregar e impedir que ela alcance lugares de tomada de decisões na sociedade. E, quando o alcança, há barreiras que dificultam sua permanência e o exercício pleno de sua função. A sua participação, portanto, ainda é mínima, e quando se insere neste meio é limitada, descriminalizada e corre risco de vida.

A narrativa torna-se pior ao se tratar da inserção da mulher negra nessas esferas sociais. Ela possui sua história marcada não somente por uma segregação atrelada ao seu gênero, mas à sua cor, ou seja, ela em sua totalidade. Infelizmente, a luta nesse caso, abrange outras proporções, onde o problema não se limita apenas ao acesso ao espaço político, mas a toda uma estrutura de poder que desde o período colonial transforma o local de tomada de decisões da sociedade em um lugar ao qual ela não se enxerga e não é bem vinda.

O problema da representatividade em uma democracia é controverso, já que em sua essência a palavra diz respeito à isonomia de direitos políticos, mas simultaneamente tais direitos são negados a grupos específicos. Prá (2013), utilizando-se de Cabanillas (2013), afirma que esse tipo de contradição demonstra os *déficits* para o exercício da cidadania política feminina. E a resposta e/ou solução que de maneira geral busca-se dar ao sistema democrático e representativo está embasada em um conceito de cidadania construído, em sua origem, na universalidade que entendeu o masculino como referência principal, excluindo, dessa forma, as mulheres.

A estrutura do sistema político social que segrega as mulheres e, especialmente, mulheres negras, objeto desta pesquisa, é igualmente controversa, pois afirma ser democrática, mas, simultaneamente, não garante igualdade nos espaços mencionados. Como afirmam Busnello *et al.* (2023), a falta de representação reflete a incompletude da democracia, já que esta não fornece os mecanismos para contemplar todos os grupos sociais nas esferas político-decisórias.

A partir do problema de representatividade e isonomia no espaço político nasceu a presente pesquisa, a fim de entender quais são as barreiras que dificultam a inserção e a permanência da mulher na política e como elas afetam efetivamente a vida dessas mulheres como um todo. Como mencionado, além da mulher, buscou-se entender, em específico, o caso da mulher negra, a qual se enxerga de forma ainda mais marginalizada, em uma sociedade cuja estrutura social está fundamentada na sua exclusão, não fornecendo a ela as chances de se inserir nos espaços de poder e ter os mesmos direitos que os demais.

Para constituir a fundamentação da análise do referido trabalho, foi realizado um levantamento de dados provenientes da Câmara de Deputados e de Vereadores, além do Senado. O objetivo da obtenção dessas informações é verificar a porcentagem da representação feminina nesses espaços e como esta avançou (ou não) ao longo dos anos. Buscou-se, ainda, materiais de cunho acadêmico, como artigos, monografias, teses e afins, para coletar diferentes perspectivas sobre o tema e embasar a pesquisa construída. E, com a finalidade de proporcionar uma perspectiva real através da vivência de mulheres no espaço político, foi realizada a coleta de dados primários, por meio de entrevista, com o intuito de compreender melhor o dia a dia de uma mulher negra no espaço de poder municipal.

A entrevista foi feita com uma vereadora em exercício no município de Florianópolis. A partir da conversa ocorrida, foi possível entender a perspectiva de dentro do sistema e como a cultura que segrega mulheres nos espaços de tomada de decisão afeta o seu dia a dia. Na vivência da vereadora, ela aponta como uma das principais barreiras que impedem a inserção dela e de tantas outras uma estrutura social segregacionista, fruto de uma base escravocrata e racista. Além disso, por ser minoria neste espaço de poder, foram apontadas dificuldades que são encontradas nesse ambiente que dificultam e, até mesmo, desestimulam o trabalho que é exercido.

As discussões que o presente trabalho gerou estão em torno de como tornar o espaço político mais democrático e equitativo. A partir disso, faz-se a reflexão de qual o papel do Estado frente a este problema de representatividade política e como a sociedade poderia mudar esse cenário. Além disso, reflete-se em como a história influenciou a sub-representatividade e como isso afeta mulheres e meninas que pensam não estarem aptas a ocuparem estes locais. A construção de um local de tomada de decisões mais justo para a sociedade é feita diariamente, de pouco em pouco. A pesquisa não se propõe a ser o solucionador do problema apresentado, mas visa fomentar o debate político a respeito do tema para que este comece a tomar espaço e, mesmo que lentamente, o cenário atual da política brasileira, que segrega e exclui mulheres brancas e, especialmente, mulheres negras, seja mudado e torne-se igual para todos.

**Palavras-chave:** Mulher; Política; Segregação; Igualdade.

#### Referências:

BUSNELLO, B. et al. COTAS DE GÊNERO NA POLÍTICA: AS MULHERES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA (1998-2018). 2023. 87 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3Rn8BOz>. Acesso em: 22 ago. 2023.

CABANILLAS, B. L. A modo de introducción: caminos recorridos por la paridad en el mundo. In: La apuesta por la paridad: democratizando el sistema político en América Latina. Los casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica. Perú: IDEA Internacional/ CIM Comisión Interamericana de Mujeres, 2013. p. 17-46.

PRÁ, J. R. Cidadania de gênero, democracia paritária e inclusão política das mulheres. Gênero na Amazônia, Belém, n.4, jul - dez. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3PAMwL9>. Acesso em: 23 de agosto de 2023.